

ENSINO DE PORTUGUÊS PARA FINS ESPECÍFICOS: UMA ANÁLISE CURRICULAR EM PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFPI

Naziozênio Antonio Lacerda (UFPI)

nlacerda@ufpi.edu.br

Maria Araujo de Sousa (UFPI)

maria_brandao@hotmail.com.br

Maria Thaís Monte da Silva (UFPI)

mariathaismonte@hotmail.com

Introdução

O ensino de português para fins específicos vem ganhando destaque atualmente em razão do crescente interesse por parte de profissionais qualificados das mais diferentes áreas do conhecimento que sentem a necessidade de atender as exigências do mercado de trabalho.

Lima (2001) destaca a importância da língua portuguesa para a ascensão profissional, pois, segundo o autor, “quem não consegue articular pensamentos com clareza e correção tem um grande entrave à ascensão na carreira” (p. 104). Outro ponto importante que o referido autor aborda são as angústias dos brasileiros em relação ao uso do português, classificadas como sendo de duas ordens a seguir enumeradas:

1) Para uma parte da população que não teve acesso a uma boa escola e, mesmo assim, conseguiu galgar posições, o problema é sobretudo com a gramática;

2) Para o segmento que teve a oportunidade de estudar em bons colégios, a principal dificuldade é com a clareza.

O estudo de língua portuguesa para profissionais enquadra-se no campo teórico da Linguística Aplicada denominado de ensino de língua para fins específicos (ELFE), geralmente com preocupações mais voltadas para o ensino de língua estrangeira.

Em se considerando que o ensino-aprendizagem de português para fins específicos é uma área recente em termos de pesquisa e ainda pouco estudada nas instituições, com poucas publicações disponíveis que abordam a temática, justificamos que a realização deste estudo é relevante porque possibilita uma análise do ensino de língua portuguesa nos cursos superiores.

Partindo dessa realidade, esta pesquisa tem o objetivo de analisar a grade curricular dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no campus de Teresina, mediante uma investigação nas ementas de disciplinas que integram os projetos pedagógicos dos cursos pesquisados, exceto o curso de Licenciatura em Letras nas diferentes habilitações, para se constatar a presença ou ausência de disciplinas voltadas para o ensino de português para fins específicos.

Na metodologia deste trabalho, utilizamos dois tipos de pesquisa: a bibliográfica e a documental.

Para realização da pesquisa bibliográfica, buscamos informações teóricas sobre o ensino de língua portuguesa para fins específicos em cursos superiores em textos de Adorno-Silva (2006), Cintra e Passarelli (2008), Ghiraldelfo (2006), Marquesi (2007), Lacerda (2010) e Torres (2005).

Para efetivação da pesquisa documental, visitamos a Coordenadoria de Currículos da Universidade Federal do Piauí (UFPI) no mês de março/2014 para proceder a investigação nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFPI, mediante análise da matriz curricular de cada curso do Campus Ministro Petrônio Portella, em Teresina-Piauí.

Organizamos a abordagem da temática ora estudada em três seções. Na primeira seção, tecemos considerações gerais sobre o português para fins específicos, diferenciando-o do português instrumental; na segunda seção, discutimos a inclusão do ensino de português para fins específicos no currículo dos cursos superiores; e na terceira seção, analisamos os resultados obtidos na pesquisa documental realizada na grade curricular dos cursos de graduação da UFPI.

1. Português para fins específicos: uma necessidade dos profissionais

O ensino de línguas para fins específicos é uma área de ensino e de investigação com uma história relativamente nova (ORR, 2002). No Brasil, mais conhecido como português instrumental, começa a ser implementado na década de 1980 para atender as pessoas que procuravam aprender uma língua como necessidade de seus estudos e atividades específicas.

A denominação de português instrumental adotada inicialmente tem contribuído para gerar confusão terminológica com a expressão português para fins específicos, que vem sendo mais usada atualmente. Lacerda (2010) observa que o português para fins específicos está relacionado às profissões ou carreiras dos alunos ou a grupos de profissionais que têm necessidade de fazer uso da língua em diferentes situações de comunicação, possibilitando-lhes um desempenho satisfatório na leitura e na escrita. Já o português instrumental envolve questões básicas sobre a língua e de natureza mais geral, comum a todos os cursos. Além disso, quando se trata do português instrumental, a língua portuguesa é estudada dentro de uma visão reducionista mais voltada para uma concepção instrumentalista.

Cintra e Passarelli (2008) defendem a denominação “português para fins específicos”. Seguindo essa orientação, nesta pesquisa evitamos o uso da nomenclatura “instrumental” em respeito à ideia de que a língua não é simplesmente um instrumento (que se torna inutilizável quando momentaneamente não se precisa mais dela) e que a aprendizagem de uma língua voltada para uma finalidade ou para áreas de atuação específicas contribui para a incorporação de novos modos de agir e de pensar. Assim, observamos que a denominação instrumental não é a mais adequada, pois o ensino de língua para fins específicos vai além de um ensino de cunho instrumental.

Os conhecimentos das áreas específicas estão relacionados às profissões ou carreiras dos alunos ou a grupos de profissionais que têm necessidade de usar a língua funcionalmente em diferentes situações de comunicação.

Sendo assim, o ensino de português para fins específicos é a modalidade de ensino desenvolvida de acordo com as necessidades específicas do aprendiz, voltando-se às habilidades e às estratégias que este precisa para desenvolver e focando-se no processo de aprendizagem específica da língua pelo aluno.

Pelo exposto, acreditamos que fica patente a necessidade da implementação de disciplinas de português para fins específicos nos cursos superiores. Porém, a efetivação dessa iniciativa não é tarefa das mais fáceis porque vários questionamentos podem ser levantados: (1) Quais são as diferenças, em relação às disciplinas de conteúdo geral de língua portuguesa, que devemos levar em consideração na elaboração de propostas de português para fins específicos? (2) Como suprir a falta de materiais didáticos que atendam às necessidades específicas dos alunos de cada curso? (3) Como descobrir que conteúdos temáticos, linguísticos e comunicativos serão mais adequados para trabalharmos em uma disciplina de português para fins específicos?

Para Marquesi (2007), há uma multiplicidade de contextos e diferentes situações de ensino-aprendizagem que exigem novos desafios para o ensino de língua portuguesa para fins específicos.

2. A inclusão de português para fins específicos na grade curricular de cursos de nível superior

Na visão de Ghiraldelo (2006), a iniciativa de incluir disciplinas de português nas grades de cursos de nível superior que não sejam Letras ocorre basicamente por dois motivos:

A inclusão de disciplinas com tal teor [língua portuguesa] no currículo de diversos cursos deve-se, basicamente, a dois motivos. Um deles é o desempenho do aluno na língua materna, que hoje ingressa na universidade, não ser como os docentes desses cursos gostariam – ou desejariam. A inclusão de tais disciplinas é vista, muitas vezes, como uma maneira de ‘corrigir’ as supostas falhas do Ensino Médio e Fundamental. A outra razão é a expectativa de que tais disciplinas possam desenvolver no aluno habilidades consideradas necessárias para o seu desempenho durante a graduação e, quando diplomado, o exercício profissional. (GHIRALDELO, 2006, p. 7).

Esses motivos apontados pela autora para inclusão do português para fins específicos na grade de cursos superiores merecem a nossa reflexão. Observamos que o primeiro motivo volta-se para melhorar o desempenho do aluno em língua portuguesa na universidade, de um modo geral, na tentativa de suprir as lacunas que ficaram da educação básica, quando seguramente não é essa a finalidade do ensino de português para fins específicos. Entendemos que se trata de uma vertente de caráter reparador que, segundo Camargo e Britto (2011), “visa superar deficiências da escolaridade anterior e carrega uma noção normativa de língua, privilegiando o ensino da língua-padrão” (p. 345), além de reproduzir a concepção do ensino da educação básica.

Por outro lado, entendemos que o segundo motivo apontado está de acordo com a finalidade do ensino de português para fins específicos, voltando-se para objetivos relacionados ao desenvolvimento de competências e habilidades do aluno de um determinado curso ao longo da graduação e depois no exercício de sua profissão. Seguindo essa linha de pensamento, Cintra e Passarelli (2008) afirmam que “[...] um curso de língua portuguesa para fins específicos ensina para a vida e não para a prova e *ranking* de avaliação.”

Mas essa segunda vertente apresenta um caráter predominantemente tecnicista, voltado para o exercício da profissão:

Outra concepção que parece nortear a elaboração de tais programas de ensino leva em conta o uso protocolar e instrumental da língua nas respectivas áreas de atuação profissional. Trata-se de uma visão que compreende a língua por sua aplicabilidade, destituída, portanto, das questões que podem suscitar reflexão, análise, discussão e crítica sobre a complexidade da linguagem. É nesse item que se observa com mais intensidade a salvaguarda dos interesses inerentes a cada uma das carreiras universitárias, levada a efeito por uma concepção pedagógica que sobrepõe à complexidade da linguagem a especificidade do curso ou, mais particularmente, do exercício profissional. De viés pragmático, pensa a língua operacionalizada, para fins específicos. Seus estudos abrangem modelos e usos de escrita peculiares à área de conhecimento, sob a presunção de que este ensino instrumentalizaria os estudantes ao exercício da profissão (CAMARGO; BRITTO, 2011, p. 350).

Então, precisamos tomar cuidado quanto à inclusão do português para fins específicos na grade curricular de cursos superiores, evitando que a disciplina não seja usada para suprir outras demandas e também não se torne uma disciplina fechada em si mesma, desvinculada da cultura, no dizer de Babo (1999), como se fosse uma “língua mutilada”.

A esse respeito, Adorno-Silva argumenta que:

Um dos pontos de partida para o trabalho com estudantes de cursos que não de Letras é a ideia de que, quando o jovem vem para a universidade, já fez sua escolha profissional. Desse modo, não se pode ignorar que o ensino da Língua Portuguesa terá maior receptividade por parte dos estudantes, quanto mais próximo o programa dessa disciplina estiver do universo profissional, pelo qual eles optaram (ADORNO-SILVA, 2006, p. 99).

No entanto, a citada autora chama a atenção para não se restringir o ensino da língua materna somente ao universo do discurso técnico, defendendo a posição de que a evolução da técnica e da linguagem ocorreu simultaneamente. Por isso, defende que ambas devem ser valorizadas de igual modo, havendo a necessidade de um “ponto de equilíbrio” entre a técnica de cada profissão e o pensamento próprio da linguagem humana.

De acordo com Cintra e Passarelli (2008), para a oferta da disciplina de português para fins específicos seria imprescindível uma “avaliação de necessidades”, ou seja, uma espécie de sondagem, por meio de atividades e questionários, com o objetivo de conhecer “o que o aluno sabe, o que não sabe e o que pensa não saber, mas sabe” (p. 60), com vistas ao melhor planejamento de uma disciplina dessa natureza no ensino superior e em cada curso especificamente.

Ainda a respeito do ensino de línguas para fins específicos, Torres (2005) faz uma afirmação importante: a de que o professor deve considerar “o aluno como agente, como sujeito de sua própria construção de conhecimentos, porque só na medida em que seu EU se desvela e se descobre é que as coisas ganham significado para ele” (p. 41).

Em relação ao ensino de português para fins específicos em cursos de graduação, é importante levar em consideração que:

Em meio a várias questões, uma que merece uma discussão mais aprofundada é a falta de definição do ensino de português para fins específicos na grade curricular dos cursos de graduação nas instituições de ensino superior. Existe um quadro paradoxal: muitas vezes, a disciplina de português é incluída em determinados cursos; outras vezes, é retirada sumariamente de certos cursos, prevalecendo a conveniência de seus coordenadores ou posicionamento de comissões que nem sempre têm elementos para tomar uma decisão mais fundamentada sobre o assunto. Na maior parte das instituições, não há uma política institucional sobre o ensino de português para fins específicos (LACERDA, 2010, p. 5-6).

Essa situação apresenta-se como um desafio de pesquisa: quais os cursos de graduação da UFPI que contemplam o ensino de português para fins específicos? Por que o ensino de português para fins específicos não é implementado na UFPI? Como deve ser o ensino-aprendizagem de português para fins específicos na UFPI?

Dessa forma, o ensino de português para fins específicos nos cursos de graduação é o foco de nossa pesquisa, buscando empreender uma análise com base na grade curricular de cada curso da UFPI.

3. Português para fins específicos na grade curricular dos cursos de graduação da UFPI

Para constataremos a presença ou ausência de disciplinas voltadas para o ensino de português para fins específicos nos cursos de graduação da UFPI, analisamos um total de 50 (cinquenta) cursos, incluindo as modalidades de bacharelado e de licenciatura. Na análise documental, levamos em consideração as seguintes categorias: 1) cursos que têm a disciplina português para fins específicos; 2) cursos que têm disciplina de português ou relacionada com a linguagem, embora não seja para fins específicos; e 3) cursos que não têm disciplina de português (nem para fins específicos e nem geral). O curso de Licenciatura em Letras nas diferentes habilitações não foi considerado nesta pesquisa por se tratar de um curso em que a língua portuguesa é tomada como objeto de estudo.

No Quadro 1, apresentamos os dados dos cursos enquadrados na primeira categoria de análise, ou seja, que possuem disciplina de português para fins específicos em sua grade curricular

Quadro 1 - Cursos que possuem disciplina de português para fins específicos

Curso	Modalidade	Disciplina	Ementa	Componente
Ciências Contábeis	Bacharelado	Comunicação Empresarial	A língua portuguesa como instrumento de comunicação, expressão e compreensão nos contextos organizacionais e sociais; fatos gramaticais instrumentais, produção de textos técnicos; comunicação administrativa, elaboração de textos administrativos e comunicacionais.	Obrigatória
Comunicação Social	Bacharelado	Linguagem e Produção de Texto I Linguagem e Produção de Texto II	Concepção de língua e linguagem, níveis de linguagem, conceito de texto e discurso, coerência e coesão, caracterização dos textos jornalísticos. Aspectos gramaticais: sintáticos e semântico, informatividade, argumentatividade. Concepção de gêneros textuais: concepção, caracterização, finalidade e estrutura do gênero textual. Língua: competência e espaço jornalístico.	Obrigatória
Direito	Bacharelado	Português no direito	Vocabulário jurídico, o código ortográfico. Vícios de linguagem. Regência verbal. Brocados e locuções latinas. Estilística. Redação jurídica.	Optativa

Fonte: Coordenadoria de Currículos – UFPI

Observamos que apenas 03 (três) cursos: bacharelado em Ciências Contábeis, bacharelado em Direito e bacharelado em Comunicação Social possuem em suas grades curriculares disciplina de português para fins específicos. O curso de Ciências Contábeis tem uma disciplina obrigatória com a denominação inadequada de Comunicação Empresarial, pois a ementa é mais voltada para português empresarial. No curso de Direito, há uma disciplina optativa denominada Português no Direito, geralmente não ministrada, com conteúdos que misturam temas de língua portuguesa e de língua latina. E no curso de Comunicação Social, há duas disciplinas obrigatórias: Linguagem e Produção de Textos I e Linguagem e Produção de Textos II, uma vez que o conhecimento de português para fins específicos é de fundamental importância para o exercício profissional dessa carreira.

Na segunda categoria de análise, levamos em consideração os cursos que têm alguma disciplina voltada para o ensino de português de um modo geral. Apresentamos os dados relativos a esses cursos no Quadro 2.

Quadro 2 - Cursos que possuem disciplina voltada para o ensino de português

Curso	Modalidade	Disciplina	Ementa	Componente
Ciências dos Materiais	Bacharelado	Comunicação e Expressão	Níveis de linguagem. Seleção lexical (questões de precisão vocabular). Questões de pontuação. Adequação da forma e do conteúdo do texto aos interesses do leitor. Análise de modelos de documentos de Redação Técnica. O resumo e a resenha crítica. As relações de significado na construção do pensamento (aplicação prática da análise sintática). Análise de textos e imagens quanto à construção e à expressão das ideias, tendo em vista a clareza e a coerência.	Optativa
Ciências da Natureza	Licenciatura	Português I-Prática de Redação	Leitura e Compreensão de Textos. Processo de Criação do Texto Escrito. Descrição. Narração. Dissertação.	Obrigatória
Ciências Sociais	Bacharelado e Licenciatura	Leitura, Interpretação e Produção de Textos	Leitura: Concepção, aspectos cognitivos, estratégias e habilidades. Produção textual: texto, contexto e intertexto; fatores de textualidade. Prática de produção e refacção de textos de diferentes tipologias e gêneros.	Obrigatória
Engenharia de Agrimensura e Cartografia	Bacharelado	Comunicação e Expressão	Definição de comunicação. Formas de comunicação verbal e não-verbal. Problemas de comunicação em atividades complexas. Leitura e compreensão de textos. Processo de criação de textos escritos.	Optativa

Fonte: Coordenadoria de Currículos – UFPI

Em nossa análise, constatamos que apenas 05 (cinco) cursos: de licenciatura e de bacharelado em Ciências Sociais, com a disciplina Leitura, Interpretação e Produção de Textos; de bacharelado em Ciências dos Materiais, com a disciplina Comunicação e Expressão; de bacharelado em Engenharia de Agrimensura e Cartografia, também com a disciplina Comunicação e Expressão; e de licenciatura em Ciências da Natureza, com a disciplina Português I-Prática de Redação, possuem disciplinas relacionadas à linguagem ou língua portuguesa, porém sem um conteúdo voltado para fins específicos.

Uma observação que podemos extrair dos dados está relacionada à denominação das disciplinas nos diversos cursos, com diferentes títulos para o componente curricular: Comunicação e Expressão, Português I-Prática de Redação e Leitura, Interpretação e Produção de Textos.

Essas disciplinas relacionadas à linguagem ou língua portuguesa são optativas e geralmente não são ofertadas.

Na terceira categoria de análise, verificamos que os demais cursos de graduação da UFPI não possuem disciplina de português ou relacionada à linguagem em suas grades curriculares.

Até o ano de 1994, a disciplina Português I-Prática de Redação era obrigatória em todos os cursos de graduação da UFPI. A Resolução nº 004/94-CEPEX/UFPI extinguiu a obrigatoriedade do Ciclo Geral de Estudos, do qual fazia parte a disciplina Português I-Prática de Redação:

Art. 1º - Fica extinto o 1º Ciclo Geral de Estudos – Núcleo Comum, formado pelas disciplinas Português I, Matemática I, Inglês Instrumental Básico, Francês Instrumental Básico e Introdução à Metodologia Científica, com os objetivos propostos pela Resolução do Conselho Diretor nº 35/73.

Embora o parágrafo único, do artigo 1º, dessa resolução informasse que “no caso em que o Colegiado achar conveniente permanecer com todas ou alguma disciplina do Núcleo Comum, estas serão consideradas como de Formação Geral”, o fato é que a disciplina Português I-Prática de Redação passou a ser retirada da grade curricular dos cursos de graduação da UFPI, para ceder espaço para inclusão de disciplinas consideradas do ciclo profissional, remanescendo apenas em alguns casos. Com o fim da obrigatoriedade, a permanência, retirada ou inclusão de disciplina de língua portuguesa ficava a critério do Colegiado de cada curso. Por conta disso, muitos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI) retiraram a disciplina Português I-Prática de Redação de suas grades curriculares e não incluíram outra disciplina equivalente.

Lacerda (2010) nos chama a atenção para essa “[...] falta de definição do ensino de português para fins específicos na grade curricular dos cursos de graduação nas instituições de ensino superior” (p. 5). No caso da UFPI, não identificamos a existência de uma política institucional para o ensino de português para fins específicos. A inclusão de uma disciplina dessa natureza na grade curricular de um curso depende de iniciativa da coordenação do próprio curso e da aprovação do respectivo Colegiado.

Conclusão

A presente pesquisa documental nos forneceu dados sobre os cursos nos quais é ministrada uma ou mais disciplinas voltadas para o ensino de português ou linguagens. Entre os 50 (cinquenta) cursos analisados, apenas 03 (três) cursos (Ciências Contábeis, Direito e Comunicação Social) têm disciplina de português para fins específicos em suas grades curriculares. Além desses, 05 (cinco) cursos apresentam disciplina de português ou

relacionada à linguagem, porém sem um conteúdo voltado para fins específicos. Nos demais cursos analisados, não há disciplina de língua portuguesa ou relacionada à linguagem.

Outro aspecto que observamos nos currículos analisados foi a ausência de obrigatoriedade da disciplina de língua portuguesa. Apenas nos cursos de Ciências Contábeis e de Comunicação Social as disciplinas consideradas de português para fins específicos são obrigatórias. No curso de Direito, a disciplina Português no Direito é optativa. Nos outros cursos que têm uma disciplina de português ou relacionada com a linguagem, a presença se dá como um componente optativo apenas para “enfeitar” a grade curricular, no sentido de apresentar uma disciplina de português no currículo, que geralmente não é ofertada.

Apesar desta pesquisa evidenciar a falta de uma política institucional na UFPI para o ensino de português para fins específicos, consideramos a análise desenvolvida nas grades curriculares dos projetos pedagógicos dos cursos pesquisados relevante e pertinente por revelar a necessidade de uma reflexão sobre a possibilidade da inserção de uma disciplina de português para fins específicos nos cursos de graduação, considerando que a língua portuguesa vai se fazer presente na formação dos alunos, levando-os a desenvolver competências e habilidades que os tornem mais preparados para enfrentar os desafios da vida e do futuro profissional.

Referências bibliográficas

- ADORNO-SILVA, Dulce Adélia. O ensino de língua portuguesa na universidade: o discurso e a técnica. In: GHIRALDELO, Claudete Moreno (Org.). *Língua portuguesa no ensino superior: experiências e reflexões*. São Carlos, SP: Claraluz, 2006. p. 93-102.
- BABO, Maria Ausenda Mendonça Monteiro. A língua estrangeira para fins específicos: uma língua mutilada? *Actas do 4º Encontro Nacional do Ensino de Línguas Vivas no Ensino Superior de Portugal*. Universidade do Porto, 1999.
- CAMARGO, Márcio José Pereira de; BRITTO, Luiz Percival Leme. Vertentes do ensino de português em cursos superiores. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 2, p. 345-353, jul. 2011.
- CINTRA, Anna M. M; PASSARELLI, L. G. Revisitando o ensino de língua portuguesa para fins específicos. In: CINTRA, Anna M. M. *Ensino de língua portuguesa: reflexão e ação*. São Paulo: EDUC, 2008.
- GHIRALDELO, Claudete Moreno (Org.) *Língua portuguesa no ensino superior: experiências e reflexões*. São Carlos: CLARALUZ, 2006.
- LACERDA, Naziozênio A. O ensino de português para fins específicos: questões e desafios. *IV ECLAE -Encontro das Ciências da Linguagem Aplicadas ao Ensino*. Teresina: EDUFPI, 2010.
- LIMA, João Gabriel de. Falar e escrever, eis a questão. *VEJA*, ed. 1725, ano 34, n. 44, 07 nov. 2001, p. 104.
- MARQUESI, Sueli Cristina. Novas perspectivas no ensino de língua portuguesa para fins específicos: da sala de aula para o ensino via internet. In: FÁVERO, Leonor. Lopes; BASTOS, Neusa Barbosa; MARQUESI, Sueli Cristina (Orgs.). *Língua portuguesa: pesquisa e ensino - v. 2*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2007. p. 119-130.
- ORR, T. (2002) The Nature of English for Specific Purposes. *English for Specific Purposes*, Thomas Orr (Ed.), Case Studies in TESOL Practice Series, Jill Burton (Series Editor), Teachers of English to Speakers of Other Languages, Inc.
- TORRES, Bernadeth Resende. *O ensino de produção de textos para fins específicos*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005. 128 p.